

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA PRÁTICA EDUCATIVA THE PEDAGOGICAL POLITICAL PROJECT IN EDUCATIONAL PRACTICE

Iracilda Gabriel da Silva

1

RESUMO:

O presente artigo tece algumas considerações referentes ao Projeto Político Pedagógico da escola atual. O Projeto Político-Pedagógico é um instrumento norteador de todas as ações educativas da Unidade. Constitui-se num processo democrático, dinâmico e contínuo de reflexão. É um esforço coletivo que visa à autonomia de todos os integrantes da comunidade escolar, que por intermédio da participação contribuem para elaboração, execução e avaliação da ação pedagógica, contribuindo para a melhoria da educação.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico, Educação, Escola.

ABSTRACT:

This article presents some considerations regarding the Political Project Pedagogical of the current school. The Political-Pedagogical Project is an instrument guiding all the educational actions of the Unit. It is a democratic, dynamic and continuous process of reflection. It is a collective effort that aims at the autonomy of all members of the school community, who through participation contribute to the elaboration, execution and evaluation of pedagogical action, contributing to the improvement of education.

Key-words: Political Educational Project, Education, School.

1 – INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico é o plano global da instituição escolar, pode ser entendido como a sistematização de um planejamento participativo, que é aprimorado nas ações educativas que a escola realiza ano a ano, tentando sempre melhorar.

O Projeto Político Pedagógico aponta o processo de busca coletiva de uma nova forma organizacional e funcional da escola. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade, um elemento

2. Professora Especialista, graduada em Pedagogia pela FITS Campus de Tangará da Serra, Pós-graduando em Metodologia do Ensino de Filosofia e Sociologia pela Faculdade de Educação São Luís. Professora da rede pública de ensino, lotada na Escola Municipal de Educação Básica “13 de Maio” e Escola Estadual João Monteiro Sobrinho em Nova Olímpia – MT.

de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação.

De acordo com a legislação vigente, a elaboração do projeto é de competência da Escola e sua aprovação em primeira instância, pelo Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar (CDCE), onde tem sua composição formada por representação de todos os segmentos da unidade.

O Projeto Político Pedagógico da Escola é como um situar-se no horizonte de possibilidades, no cotidiano, imprimindo uma direção, que se deriva de resposta a um feixe de indagações tais como: que educação se quer? Que tipo de cidadão se deseja? Que projeto social deseja construir? O Projeto será construído no entendimento e na proposta de uma organização fundamentada no conhecimento compartilhado dos profissionais da educação, dos alunos, pais, sociedade e governo.

Portanto tendo como eixo norteador as nossas interações educativas, o aluno que queremos formar, e os princípios pedagógicos necessários a esse fim, a escola é e sempre será o lugar de construção, implantação, avaliação e atualização do PPP. Embora seja um desafio permanente, tal processo deve ser dinamizado de forma coletiva, colegiada, democrática e participativa, promovendo assim a formação integral do ser humano e a identidade da escola.

Cada escola é única, no sentido de que atenda alunos com características e necessidades próprias e nela atuem profissionais com diferentes experiências de trabalho, de vida e diferentes percepções de sociedade, educação, escola, aprendizagens, etc. Cada uma é um local singular de trabalho, com seu jeito próprio de organização do espaço físico e distribuição de atividades, de forma coletiva e criativa, para que seja um espaço compartilhado de experiências. O que nos dá o direito de ter autonomia não é ensinar o que quiser da maneira como quiser, mas o compromisso de garantir que cada aluno aprenda o que necessita aprender.

2 - CONCEPÇÕES SOBRE O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Nos últimos anos, o sistema educacional brasileiro vem exigindo das esferas federal, estadual e municipal que suas unidades escolares elaborem

seus Projetos Políticos Pedagógicos a partir dos parâmetros criados pelos próprios órgãos em que são atribuídas as responsabilidades pelos sistemas de ensino, dentro da respectiva esfera.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) faz parte da pauta de atribuições do professor. Tal expressão aparece em seu Título II, artigo 13, parágrafos “I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino” e “II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino” (BRASIL, 1996).

Contudo, percebemos ainda que exista a necessidade de dar a devida importância ao Projeto Político Pedagógico, ou seja, não apenas o considerando como um mero documento, mas como uma ferramenta que norteia todo o trabalho pedagógico da instituição escolar.

Assim, a construção do Projeto Político Pedagógico, bem como sua utilização como instrumento de estudos e reflexões, ganham destaques a partir da década de 1980, momento em que ocorrem propostas de tendências atuais de gestão escolar seguidas de diferentes concepções em relação ao trabalho realizado no interior da escola. O Projeto Político Pedagógico surge nesse contexto como instrumento responsável pela “organização do trabalho pedagógico na escola como um todo” (VEIGA, 1995, p. 11), elemento de extrema importância para que de fato ocorra significativa transformação do espaço escolar. Tal instrumento é tido como elo entre as práticas e as maneiras de como organizar o trabalho pedagógico no interior da unidade escolar.

O Projeto Político Pedagógico “é um instrumento clarificador da ação educativa da escola em sua totalidade” (VEIGA, 1998, p. 12). Mesmo assim, já neste momento, muitas escolas apresentavam inúmeras dificuldades que iam desde a construção das análises que o documento exigia até nos encaminhamentos das discussões então necessárias sobre o Projeto Político Pedagógico, as quais existiam por “um certo ecletismo pedagógico, no qual estão presentes, de maneira contraditória, elementos das diferentes tendências da educação escolar.” (FUSARI, 1993, p.70). Tal sentimento existia pelas diversas posições, e muitas delas antagônicas, ocasionadas nos momentos das discussões do Projeto Político Pedagógico.

2.1. Projeto Político Pedagógico: um trabalho sistematizado para a busca da cidadania escolar

A educação, no Brasil, passou por dois momentos distintos: no primeiro estava entregue à iniciativa confessional e privada, oferecendo escola de qualidade, mas para poucos. No segundo, ampliou as oportunidades educacionais com a intervenção do Estado, mas não se preocupou em oferecer qualidade.

A escola, por volta dos anos 70, era identificada como aparelho ideológico do Estado, reproduzindo as desigualdades sociais, próprias da sociedade capitalista. Segundo Vasconcellos (2007), o mito de ascensão social via diploma ruiu e a escola entrou em crise, sendo necessária uma redefinição do seu papel.

As políticas públicas, inclusive as educacionais, são orientadas por interesses econômicos. Assim sendo, percebemos que com a reforma educacional acontecida entre os anos 1970 e 1980 começaram a aparecer indícios de que nossa política educacional ficaria atrelada ao modelo econômico neoliberal. O Estado, que centralizava as funções mais diversas, passou a diminuir o seu papel interventor, dando margem às privatizações. Segundo Bacelar (1997, p. 27):

É a passagem do estado máximo para o mínimo, em função das exigências do livre mercado e da competitividade, é a nova face do capitalismo, denominado de neoliberalismo, que emerge após a II Guerra Mundial, como reação ao Estado interventor e de bem-estar, originalmente na Europa e Estados Unidos, cujo alcance já chega à América Latina.

Nesse período já se pensava na possibilidade da escola ser responsável por sua própria gestão, o que fazia parte do processo de descentralização proposto pelas determinações do Banco Mundial.

O Projeto Político-Pedagógico é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se objetiva na caminhada, que define claramente o tipo de educação educativa que se quer realizar, a partir de um posicionamento quanto à sua intencionalidade e de uma leitura da realidade.

O projeto político pedagógico implica em um momento de planejamento conjunto onde todos os atores que compõem a escola participam, tendo voz e vez. Ele não se limita ao ato de preenchimento de formulários ou de redigir um documento para atender às exigências técnico-administrativas dos sistemas de ensino. Também não deve ficar arquivado na escola, pois deve idealizar o trabalho pedagógico da escola com a finalidade de melhorar a qualidade de ensino oferecida e, se guardado pode correr o risco de não ser implementado. Segundo Santiago (1997, p. 71)

É a aproximação do que se pensa sobre a educação, sobre o ensino, sobre os conteúdos do ensino, sobre o aluno com a prática pedagógica que se realiza nas escolas. É a aproximação cada vez maior entre o que se pensa ser a tarefa da instituição escola e o trabalho que se desenvolve na escola. É o confronto entre as intenções e os resultados escolares.

Esse projeto se constitui como um conjunto de intenções sócio educacionais pensadas, discutidas e postas em prática por todos aqueles que compõem a escola: alunos, funcionários, representantes do Conselho Escolar e da Comunidade.

2.2. A importância do Projeto Político Pedagógico

O Projeto Político Pedagógico explicitará a sua concepção filosófica, retratando a visão de educação, de ser humano e de sociedade, sua organização administrativa e de ensino, os procedimentos pedagógicos, o processo de avaliação, o calendário letivo e como se dará a capacitação docente continuada, fazendo-o com a contribuição das famílias, do corpo docente e técnico-administrativo da escola.

O Projeto Político Pedagógico quando elaborado de forma adequada e com a participação de todos estará atendendo as necessidades dos alunos e da comunidade, sendo um documento que estará abordando e contextualizando a vivência do aluno com a sua aprendizagem.

No entanto, enquanto profissionais da educação não tiverem acesso e participarem deste momento, ele não terá valor e continuará sendo apenas um documento burocrático que foi elaborado por algumas pessoas que muitas vezes não tem muito conhecimento sobre a escola.

O Projeto Político Pedagógico vê a escola como um todo em sua perspectiva estratégica, não apenas em sua dimensão pedagógica. É uma ferramenta gerencial que auxilia a escola a definir suas prioridades estratégicas, a converter as prioridades em metas educacionais e outras concretas, a decidir o que fazer para alcançar as metas de aprendizagem, a medir se os resultados foram atingidos e a avaliar o próprio desempenho.

Nesse sentido, o objetivo principal da elaboração deste documento por uma instituição educativa não está ligado apenas às exigências legais ou aos aspectos relacionados ao cumprimento de sua formalização textual, mas, sim, à qualidade conseguida ao longo do processo de sua elaboração, uma vez que o Projeto Político Pedagógico somente se constituirá em referência para as ações educativas se os sujeitos da comunidade escolar se reconhecer nele, para referendá-lo como tal. Vale lembrar que cada unidade de ensino possui suas características. Um Projeto Pedagógico de uma escola pode não dar resultado em outro, tendo em vista que há peculiaridades regionais a serem observadas.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico é de competência da instituição, baseando-se na realidade daquele local. É uma construção coletiva de conhecimento que vai se aperfeiçoando e concretizando no decorrer da caminhada. Ele serve para solucionar problemas e transformar a prática pedagógica possibilitando re-significar a ação de todos os envolvidos na escola.

O Projeto Político Pedagógico é um processo permanente de reflexão e discussão de problemas em busca de alternativas para solucioná-los. A escola precisa ter liberdade e autonomia para elaborá-lo e o mesmo deve ser feito por agentes que atuam naquele ambiente escolar e não por pessoas alheias àquele contexto. Queremos alunos autônomos, críticos e atuantes na sociedade, professores, pais e funcionários envolvidos. O Projeto Político Pedagógico deve renovar-se constantemente, caso contrário estará negando-se a si próprio. Para Veiga (1995, p.49) “a implantação de Projeto Político Pedagógico próprio é condição para que se afirme ou se construa simultaneamente a identidade da escola, como espaço pedagógico necessário à construção do conhecimento e da cidadania”.

É preciso colocar o Projeto Político Pedagógico em ação, não o deixando engavetado ou sendo criado por anônimos, alheios ao contexto em que a escola está inserida. Não adianta discurso e palavras bonitas, é preciso ação coletiva de pessoas envolvidas neste meio escolar. Desta forma, Um projeto político-pedagógico corretamente construído não garante que a mesma se transforme magicamente em uma instituição de melhor qualidade, mas certamente permitirá que seus integrantes tenham consciência de seu caminhar, interfiram em seus limites, aproveitem melhor as potencialidades e equacionem de maneira O Projeto Político Pedagógico define políticas, organiza ações, otimiza recursos humanos, materiais e financeiros, mobiliza os diferentes setores na busca de objetivos comuns e por ser de domínio público, permite constante acompanhamento e avaliação. Para Veiga (1995, p. 113), “em suma, o Projeto Pedagógico dá voz à escola e é a concretização de sua identidade, de suas racionalidades interna e externa e, conseqüentemente, de sua autonomia”.

2.3 Projeto Político-Pedagógico: Tendências e Perspectivas do Debate Atual

A construção de um Projeto Político-Pedagógico emancipatório requer que a escola compreenda e apreenda a realidade sócio-econômica-cultural e educativa da comunidade onde ela se insere. Isso implica, sem sombra de dúvida, por um lado, criar espaços de participação da comunidade na dinâmica da escola e, por outro, interagir no espaço do cotidiano vivido e recriado pela comunidade.

O Projeto Político-Pedagógico deverá ir além de um conjunto de planos e atividades. Não é algo para ser construído e arquivado ou ser enviado para autoridades educacionais para comprovar a efetivação de mais uma tarefa burocrática. Deverá ser construído e vivenciado em todos os envolvidos com o processo educativo da escola, ultrapassando a visão de documento pronto e acabado.

O PPP, autêntico, não pode, em hipótese alguma, ser um documento meramente simbólico de referência da prática da instituição. Ele revela a prática real existente e a prática desejada, mas, o que existe, em alguns casos,

são ações individualizadas nos diferentes setores da escola, dissociadas de um processo de reflexão e teorização no conjunto das relações estabelecidas.

O projeto deve buscar um caminho, uma direção; ser uma ação intencional, com um sentido expresso, um compromisso definido coletivamente. Todo projeto pedagógico da escola é um projeto político. Político porque está estreitamente ligado ao compromisso sóciopolítico com os interesses reais e coletivos da maioria da população. É político, no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um determinado tipo de sociedade. Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo.

Político e pedagógico tem um significado que não pode se separar, deve ser considerado como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de soluções possíveis a sua intencionalidade, que é constituída, proporcionando uma convivência democrática que é necessária para a participação de todos os membros da comunidade escolar e o exercício da cidadania.

À escola sempre foi creditado o preponderante papel de ser um dos pilares de formação da sociedade. O Projeto Político-Pedagógico busca resgatar a escola como espaço democrático de reflexão e discussão dos problemas, apontando alternativas que possam atender às necessidades, criando novas possibilidades que facilitem e permitam o alcance dos objetivos propostos. Apresenta como princípios primordiais a reflexão e o questionamento das relações sociais existentes, em que, através da interação a construção do saber e do conhecimento seja possibilitada ao aluno nos atos de pensar, refletir, analisar e agir criticamente, contribuindo na formação de Sujeitos do Saber e do Fazer.

Todos que fazem parte da escola atuam e interferem um sobre o outro, interagindo, ao mesmo tempo, com o contexto. Isso mostra a existência de uma relação dialética entre os sujeitos da comunidade educativa. Mesmo com funções diferentes, todos são participantes e responsáveis pelo processo. Numa relação de respeito, permitindo que aconteça o diálogo, a criticidade, a criatividade, a esperança, a afetividade, o compromisso social.

Nesse sentido, o projeto é a busca de construção da identidade e de organização do trabalho em uma instituição histórica e socialmente situada, constituída por sujeitos culturais, que se propõe a desenvolver uma ação educativa, a partir de crenças, desejos, valores, concepções. Esses definem seus princípios e vão delineando, num processo de avaliação contínua e marcado pela provisoriedade, suas metas, suas formas de organização e suas ações.

Em conformidade com Gadotti, “O projeto da escola depende, sobretudo, da ousadia dos seus agentes, da ousadia de cada escola em assumir-se como tal, partindo com sua coragem, com o seu cotidiano e o seu tempo-espço” (2000, p. 37). Para enfrentarmos essa postura ousada, necessitamos de um referencial que fundamente a construção deste projeto, tendo clareza de a qual referencial temos que recorrer para compreensão de nossa prática pedagógica.

[...] Nesse sentido, temos que nos alicerçar nos pressupostos de uma teoria pedagógica crítica viável, que parta da prática social e esteja compromissada em solucionar os problemas da educação, do ensino de nossa escola (VEIGA, 2005, p. 14).

O projeto político-pedagógico, para Gadotti, é “a expressão operativa da intencionalidade da educação desejada pelos sujeitos da ação”, que define e projeta seus propósitos, estabelecendo compromissos. “É a ousadia da escola em assumir sua autogestão” (2000, p. 70). Repensar, discutir e abrir-se para novas formas de organização para as práticas pedagógicas é o grande desafio.

O Projeto Político-Pedagógico é entendido como a própria organização do trabalho pedagógico da escola; é um novo modo de ver e de fazer a escola. Construí-lo, segundo Gadotti, é manter a escola “[...] em constante estado de reflexão e elaboração numa esclarecida recorrência às questões relevantes de interesse comum e, historicamente, requeridos” (2000, p. 71).

Quanto ao êxito do projeto, há componentes que são indispensáveis. Gadotti (2000, p.38) destaca alguns elementos facilitadores do êxito de um projeto, entre eles: comunicação eficiente, ser compreendido; adesão voluntária e consciente ao projeto, onde todos precisam estar envolvidos e serem co-responsáveis; um bom suporte institucional e financeiro, isto é,

vontade política e recursos definidos; controle, acompanhamento e avaliação; um ambiente favorável; credibilidade, que significa que só boas ideias não bastam, é preciso defendê-las com prestígio, competência e legitimidade; e um bom referencial teórico, que fundamente e sustente o projeto. Com certeza, a falta desses elementos cria obstáculos à elaboração e execução de um projeto na escola.

Para complementar, Vasconcellos (1995, p. 152), aponta outros fatores que podem interferir na vivência do Projeto Político-Pedagógico, os quais podem influir de forma a comprometê-lo parcial ou totalmente: comodismo; imediatismo; perfeccionismo; falta de esperança e confiança na instituição; formalismo, um projeto elaborado sem sentido, sem envolvimento; falta de experiência de caminhada comum enquanto grupo, a rotatividade das pessoas; falta de condições de tempo e espaço para reflexão; falta de exercício democrático na escola.

O planejamento deve ser um aliado do trabalho educativo, um parceiro diário no exercício de nossa profissão e não mais o que durante muito tempo aconteceu, que foi um planejamento puramente técnico e burocrático. Para que haja esse resgate, professor e alunos precisam ser sujeitos de ação efetiva, dando significado a suas ações. Os obstáculos precisam ser localizados, enfrentados, refletidos, na busca de sua superação. Para tanto, a construção do Projeto Político-Pedagógico aproxima o necessário do possível, registra uma intenção, uma proposta de ação; revela posições tomadas, sinaliza direções.

Ao deixarmos de pensar o PPP comprometemos não somente a nossa prática, mas a formação de sujeitos, o papel da escola e, acima de tudo, a mudança da sociedade na qual vivemos. Sensibilizar-se sobre a importância do planejamento é ser um professor mais competente, é formar um sujeito mais consciente e construir um mundo mais justo. As construções sem alicerces desabam.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico é marcado por rupturas com o presente em busca de construções para o futuro. A Escola tem a preocupação de observar a realidade dos sujeitos envolvidos e buscar as condições necessárias para o desenvolvimento das ações planejadas. Visa à formação de parcerias no sentido de promover a articulação dos vários segmentos e preza o respeito pela diversidade de opiniões que permitirão o crescimento coletivo.

O Projeto Político Pedagógico constrói e reconstrói toda a história da comunidade escolar, por essa razão ele é um instrumento dinâmico que contribui de forma significativa para um repensar, reavaliar e reestruturar as ações pedagógicas e administrativas que ocorrem no interior da escola, bem como sua relação com a comunidade e todo o contexto social. E por esse motivo ele nunca estará acabado, nunca será definitivo. Deverá sempre ser objetivo de reflexões e ajustes. Ao mesmo tempo em que se constitui na identidade da escola, é também inspiração permanente para as mudanças.

A quem conduz o processo na escola, cabe a habilidade de orientar, estimular e desafiar o grupo sobre o compromisso político e pedagógico de cada um no processo. A forma como ocorre a condução do Projeto Político-Pedagógico é uma condição que levantamos como fundamental quando é concebido como processo, o que implica uma coordenação democrática e a tomada de decisões participativas, sempre inspiradas nas propostas do próprio PPP. Nesse processo, o grupo condutor tem uma função primordial como grupo responsável pela sua dinamização e condução, possibilitando que todos os sujeitos nele envolvidos se sintam participantes, com voz ativa e efetiva, impulsionados pelas propostas constitutivas do projeto. Para isso, também, a forma de conduzir, orientar e dinamizar do grupo condutor precisa estar sempre voltada e profundamente ligada às propostas do PPP, tendo consciência de que sua função não é de mando e, tampouco, de quem tem o poder das decisões, mas de quem, numa dinâmica democrática, promove o envolvimento e a participação de todos nas situações e nos papéis de cada sujeito do processo.

4. REFERÊNCIAS BIBLIGRÁFICAS

BUTTURA, Ivan Iria Maria. **Projeto Político-Pedagógico: concepção que se define nas práxis**. Passo Fundo: UPF, 2005.

FUSARI, José Creche. **A construção da proposta educacional e do trabalho coletivo na unidade escolar**. Série Ideias, São Paulo, n. 16, p. 69-77, 1993.

GADOTTI, Moacir (e colaboradores). **Perspectivas atuais da Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

ROSSA, Leandro. **Armadilhas do projeto político-pedagógico**. Revista de Educação AEC. Brasília, v. 29, n. 117, p. 75-84, out. /Dez., 2000.

SEVERINO, Antônio J. **O projeto político-pedagógico: a saída para a escola**. In: Para onde vai a escola? Revista de Educação da AEC, Brasília, v. 27, n. 107, p. 81-90, abril/jun.1998.

VEIGA, I. P. A. (org.). **Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papyrus, 1995. p. 11-35